



INVESTIGAÇÃO

Indícios apontam para Abin paralela, diz diretor

Adjunto da agência, Cepik afirma que o relatório da PF e a decisão do ministro Moraes mostram uma gestão ilegal instalada no órgão no governo Bolsonaro. Antecessor dele, demitido por Lula, alega ter ajudado a instruir o inquérito da corporação

» EVANDRO ÉBOLI

Recém-nomeado diretor-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) — órgão alvo de investigação da Polícia Federal por monitoramento ilegal de políticos e autoridades —, Marco Cepik afirmou que as apurações apontam, de fato, para uma “Abin paralela” instalada na gestão do então presidente Jair Bolsonaro. Já o antecessor dele na agência, Alessandro Moretti — ligado ao clã Bolsonaro e demitido na terça-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva — argumentou que as investigações sobre a espionagem tiveram início quando ele ocupava o cargo, no início do ano passado.

Cepik destacou que o relatório da Polícia Federal e a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de autorizar diligências contra suspeitos, “dão a entender que o avanço das investigações apontam” para essa ação paralela na agência. “Temos de aguardar o processo, as investigações nas três instâncias e a administrativa e criminal”, frisou, em entrevista à Globonews.

Ele enfatizou que não é suficiente detectar se houve ou não esse esquema ilegal dentro da Abin. “Não só para saber se houve, mas quem estava ali. Houve agora também a decisão cautelar de afastamento de diversos policiais federais. O indício é que sim (existe uma Abin paralela)”, reiterou ele, um defensor da desmilitarização da agência e favorável que o órgão siga subordinado à Casa Civil.

Já Moretti defendeu sua passagem pelo órgão e afirmou que a investigação interna sobre uso indevido e ilegal do software espião First Mile se deu quando ele era diretor-adjunto da agência. Ressaltou, também, ter colaborado com as diligências da Polícia Federal.

“Todo o material probatório coletado e produzido pela Abin foi compartilhado com a Polícia Federal, que também teve atendidas todas as suas solicitações à agência. Por essa razão, grande parte do material que instrui o inquérito da PF é fruto da apuração conduzida com total independência na Abin”, sustentou, em nota divulgada à imprensa.

Moretti frisou ter sido sua a decisão de apurar as denúncias que envolviam o sistema. “Após minha determinação, na época como diretor-geral em exercício, é que foram iniciados os trabalhos de apuração interna relacionados ao uso de ferramenta, com a instauração de sindicância investigativa pela Corregedoria-Geral”, destacou.

No relatório encaminhado ao STF, a PF destacou que atuais integrantes da cúpula da Abin interferiram e prejudicaram as investigações ao dificultar o acesso a dados. A corporação também afirmou que há um possível “conluio” da gestão anterior com os membros atuais “cujo resultado causou prejuízo para a

Reprodução/Globo News



O novo diretor-adjunto da Abin, Marco Cepik, disse que as instituições foram “fortemente atacadas” no governo Bolsonaro

Tânia Régo/Agência Brasil



Moretti frisou ter sido sua a decisão de apurar as denúncias que envolviam o sistema

presente investigação, para os investigadores e para a própria instituição”.

O ex-diretor comentou ainda que “diversas medidas foram adotadas e muitas outras sendo implementadas pela atual gestão para a modernização da gestão da agência, o que garantiu, inclusive, a citada apuração ampla e independente”.

O ex-número 2 da Abin aproveitou

para defender a agência, “indispensável para o país e essencial para a proteção de nossa sociedade”. Disse que o órgão conta com profissionais “altamente capacitados e compromissados”.

Ele registrou na nota que nenhum país pode prescindir de uma inteligência profissional “cumpridora dos princípios que regem o Estado Democrático de Direito”.



Temos que aguardar o final dos processos investigatórios nas instâncias para verificar a comprovação não apenas de que se houve (Abin paralela), mas de quem estava ali”

Marco Cepik, novo diretor-adjunto da Abin

“Após minha determinação, na época como diretor-geral em exercício, é que foram iniciados os trabalhos de apuração interna relacionados ao uso de ferramenta”

Alessandro Moretti, ex-diretor-adjunto da Abin

Dino nega uso político da PF

» ALINE BRITO
» HENRIQUE FREGONASSE*

Em sua última coletiva de imprensa como ministro da Justiça, o futuro ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, rebateu críticas sobre possível influência do governo em investigações que miram parlamentares da oposição.

A declaração ocorreu após operações da corporação no âmbito do inquérito que investiga o aparelhamento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), então sob o comando de Alexandre Ramagem, hoje deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro. Na segunda-feira, o alvo foi o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro.

“Sobre a Abin, os indícios e as denúncias surgiram agora, ontem, anteontem? Foi a PF que inventou, mês passado? Não. Os senhores e as senhoras (jornalistas) publicaram há três anos. O que a PF vai fazer? Fingir que não viu? Denúncias de três anos atrás sobre o uso de equipamento da Abin”, enfatizou. “Não se investiga com base em prova de jornal, mas se tem indício, tem denúncia, tem inquérito, é dever investigar. Assim como eu não disse para a Polícia Federal ‘faça’, eu também não disse para ela prevaricar, deixar de cumprir o seu dever”, completou.

Perguntado sobre acusações referentes a um suposto uso da PF para “revanchismo político” no caso da Abin, o ministro afirmou que a instituição não inventa investigações, já que mandados de busca e apreensão são cumpridos com base em indícios e determinados por membros do Poder Judiciário.

O futuro ministro do STF se mostrou irritado com as críticas e afirmou que nunca recebeu pedidos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a respeito da atuação da PF.

“Eu afirmo cabalmente que, nesses 13 meses (em que comandou a pasta), o presidente da República nunca me pediu nada, nem para investigar nem para deixar de investigar. Nenhum ministro de Estado, nenhum, se dirigiu a mim para me pedir qualquer coisa. Nunca houve interferência de autoridade do governo na autonomia técnica da Polícia Federal”, ressaltou.

*Estagiário sob supervisão de Cida Barbosa

Trocas na agência e ampliação da participação feminina

» HENRIQUE LESSA

Em meio às turbulências com as investigações sobre um esquema de monitoramento ilegal de adversários montado durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), que teria perdurado até a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) passou por mais uma reestruturação da diretoria. O órgão, que é composto por oito departamentos, teve, ontem, sete diretores exonerados, com cinco desses cargos ocupados por mulheres.

A Abin informou que as mudanças, com a ampliação da participação feminina, já vinham sendo estudadas desde 2023, mas o anúncio indica a pressa do governo Lula em superar a crise deflagrada com as investigações.

As apurações indicam que o então diretor-adjunto da Abin, o delegado da Polícia Federal Alessandro Moretti, teria atuado em conluio com investigados no inquérito sobre o funcionamento de uma estrutura chamada de “Abin Paralela”. Na terça-feira, Moretti foi exonerado e substituído por Marco Cepik. A dança das cadeiras continuou ontem, e mais sete diretores foram dispensados.

Com a reestruturação e cinco mulheres na direção, a agência conta com a maior participação feminina na sua estrutura desde a sua criação, em 1999. Todas as novas diretoras são oficiais de inteligências, do quadro funcional do órgão.

A medida atende a uma demanda antiga dos funcionários do órgão, que estavam descontentes com o comando da agência, desde a gestão de Alexandre

Quadro de mulheres

As cinco novas diretoras escolhidas por Lula para a Abin:

- Departamento de Inteligência Externa: Ana Martins Ribeiro
- Departamento de Contra-inteligência: Cristina Célia Rodrigues
- Departamento de Administração e Logística: Nilza Yamazaki
- Departamento de Gestão de Pessoas: Isabel Gil Balue
- Escola de Inteligência: Ana Cruz Pereira da Silva

Ramagem, hoje deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro. Ele colocou todo o poder de decisão nas mãos de diretores de fora, principalmente policiais federais, como o próprio Moretti.

Com as trocas nas diretorias, é esperada, para os próximos dias, uma grande renovação na maioria dos departamentos do órgão. A intenção do governo é fazer a desbolsionarização da

agência, iniciativa que ocorreu em outros órgãos, mas que ainda não tinha sido feita na Abin.

Uma fonte ligada ao governo Lula questionou: “Mas, afinal de contas, por que a Abin foi a única que ainda não passou por esse processo?”. Lembrou que, após o 8 de janeiro, boa parte das equipes de segurança, como o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), passou por mudanças. Mantendo a confiança do presidente Lula, o diretor-geral da Abin, Luiz Fernando Corrêa, é um dos poucos que resiste e se mantém no cargo mesmo depois da crise.

Além das cinco novas diretoras, foram trocados os diretores do Departamento de Operações e do Departamento de Inteligência Interna, além do diretor do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Segurança das Comunicações.